

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL: ALGUMAS QUESTÕES

Maria Laura P. Barbosa Franco

Da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

Este artigo, num primeiro momento, discute os aspectos relacionados a comercialização e adoção dos Livros Didáticos. Em sua parte final, a autora levanta alguns problemas relativos à ideologia veiculada nos Livros Didáticos de História do Brasil.

SUMMARY

This article at first, talks about the aspects related to commercialization and adoption of text-books. In its final part, the author raises some problems related to the ideology through the text-books of Brazil History.

Alguns aspectos relativos a produção e comercialização do livro didático

Tive oportunidade de contatar 347 professores de História para o ensino de 2º grau: 200 da rede particular de ensino e 147 da rede estadual. A todos a mesma questão:

"O que você utiliza para ministrar suas aulas de História do Brasil?" 80% afirmaram utilizar Livros Didáticos.

Isso veio corroborar informações obtidas anteriormente e indicativas de que, apesar do propalado desenvolvimento que se atribui à tecnologia educacional, o tradicional Livro Didático — tido como um dos mais antigos materiais instrucionais — está significativamente presente em nossas escolas.

Além disso, é muito provável que os didáticos sejam os únicos livros com os quais interage a grande

maioria da população em idade escolar. O Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, que desde 1972 vem realizando pesquisas sobre o Livro no Brasil, tem procurado verificar a existência de livros em casas de alunos e a frequência regular quanto à utilização dos diferentes meios de comunicação. Os resultados, via de regra, apontam para as mesmas conclusões:

- quando se constata a existência de livros nas casas de alunos (principalmente dentre aqueles provenientes das classes subalternas) em aproximadamente 70% dos casos esses livros, são Livros Didáticos;
- o afastamento da vida escolar implica em decréscimo acentuado da regularidade de ler, o que pode demonstrar que o hábito da leitura é marcadamente escolar e obrigatória. (MEDINA, 1978)

Ora, essas considerações já são suficientes para justificar a necessidade de um aumento (quantitativo e qualitativo) de estudos voltados para a análise dos manuais didáticos que, juntamente com o professor e alunos, formam o tripé sobre o qual, institucionalmente, se apóia o processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, para melhor compreender o complexo fenômeno que é o Livro Didático, é necessário começar por aprendê-lo a partir do duplo aspecto que define sua fisionomia.

Por um lado, os Livros Didáticos são concebidos como aqueles que se destinam a instruir, coadjuvando o trabalho do professor, numa área qualquer do conhecimento humano. Vistos sob esse ângulo, neles espera-se encontrar todos aqueles elementos que possam vir a aumentar a potencialidade de sua função pedagógica: adequação da linguagem em função da idade dos leitores a que se destinam; seqüenciação de conteúdos; destaque de idéias principais; existência de tarefas, exercícios, para orientação da prática da resposta, etc. . . . Concomitantemente, o Livro Didático desempenha outros papéis que, não circunscritos exclusivamente à esfera pedagógica, são igualmente importantes.

Embora organizados em função de determinadas disciplinas (são livros de História, Geografia, Gramática . . . etc . . .) refletem necessariamente os valores de quem os produz. Neste sentido podem funcionar como instrumentos de reprodução ideológica* ou, ao contrário, podem vir a se constituir em veículos que possibilitem ao aluno o desenvolvimento de habilidades voltadas para a conscientização, reflexão e questionamento dos problemas da realidade social.

Por outro lado, o Livro Didático é uma mercadoria e, como tal, em uma sociedade capitalista, está invariavelmente submetido às leis do mercado.

Dáí o duplo desafio com que se deparam os autores: produzir livros que satisfaçam às exigências pedagógicas e sociais e que, ao mesmo tempo, não se transformem em encalhes nas editoras.

Os leitores que me acompanham poderão perguntar: mas, por que o duplo desafio? Isso não é uma relação direta? A observância de requisitos pedagógicos e a relevância social não são (por si próprias) condições necessárias e suficientes para a vendagem dos Livros Didáticos? Evidentemente, são condições necessárias, mas não suficientes em nosso caótico sistema educacional. Isso, por razões tão óbvias quanto fundamentais.

Com a crescente expansão da rede de ensino e no momento em que a atenção governamental está voltada para a ampliação de matrículas escolares, o Livro Didático passa a ser visto como um produto muito especial. Vislumbra-se através dele, a possibilidade da apropriação do grande mercado representado, principalmente, pelos 23,7 milhões de crianças matriculadas nas escolas de 1º grau e de 3,56 milhões de jovens matriculados nas de 2º grau.¹ A decorrência imediata é a luta feroz pelo mercado, onde o objetivo maior é o lucro.

Diante desse quadro, antes da editoração de um livro, as Editoras podem constituir comissões de professores-leitores ou realizar pesquisas de mercado junto aos professores, para detectar quais os aspectos que deverão privilegiar nos livros de cada disciplina ou grau. Porém, depois de editorados os livros, a sua promoção cos-

tuma ser feita de forma tão agressiva quanto aquela que se vê para os produtos de outros setores mais sofisticados de nossa sociedade de consumo. Tudo isso, sem contar outros mecanismos de que se lança mão para a conquista desse almejado mercado. Assim é que o estabelecimento de privilégios entre compradores e editores/ autores, as constatações de subornos e existência de professores que recebem propinas para adotar esse ou aquele livro, já deixaram de ser temas de "focofocas nos corredores" e passaram a ocupar espaço, como denúncias, na grande imprensa.²

As concessões, artifícios e tantos outros mecanismos utilizados para chegar à liderança do mercado representam, sem sombra de dúvida, um dos fatores a concorrer para que nem sempre os livros mais vendidos (e por hipótese os que concentram maior probabilidade de estarem nas mãos dos alunos) sejam os melhores. E quando dizemos os melhores, referimo-nos àqueles que, adequados à realidade do público a que se destinam, utilizam recursos pedagógicos como via de passagem para o desenvolvimento de habilidades intelectuais mais complexas e de uma postura crítica frente aos problemas da realidade social.

Contudo, configura-se de muito pouco valor o simples levantamento de problemas, sem que se proponham algumas formas de atuação para resolvê-los. É neste sentido que gostaria de discutir, um pouco, alguns aspectos relativos à comercialização do Livro Didático com o objetivo de identificar o espaço que sobra ao professor nessa arena de luta.

O Livro Didático tem uma dinâmica de consumo diferente dos demais livros. É comprado³ pelos alunos,

* Ao termo ideologia podem-se atribuir inúmeros significados. A literatura sobre o assunto é tão vasta que sua definição esbarra não apenas com dificuldades semânticas mas principalmente conceituais. Neste caso específico ideologia significa um conjunto de valores que, em uma sociedade de classes refletem os interesses particulares de apenas uma classe social aquela que domina as relações de produção. Valores que, difundidos através dos diferentes veículos de inculcação ideológica (escola, imprensa, igreja, família . . . só para citar alguns), são absorvidos como se representassem os interesses de toda a sociedade. Neste sentido, são parciais e imaginários, na medida em que aparecem como "universais", quando são parciais; e como reais quando, na verdade, são abstrações fabricadas para ocultar a verdadeira origem das diferenças sociais, legitimar a divisão social na sociedade capitalista e perpetuar a manutenção do status quo. Observe-se, porém, que não descartamos a possibilidade de conceber "ideologia" no sentido de orientação para a ação de libertação. Neste caso, extrapolando o sentido de falsa consciência, ou de ideologia dominante sempre orientada para a manutenção e dominação, à ideologia daríamos o nome de "contra-ideologia". Consulte-se a esse respeito MARX, K. *A Ideologia Alemã*; CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*; SAVIANI, D. "A Filosofia da Educação e o Problema da Inovação em Educação" in Walter Garcia (org.) *Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas*.

1 Fonte: PNAD, 1976.

2 cf. FRANCO, Maria Laura P. B. "O Livro Didático, a nível da Legislação", *Plural*, nº 6, 1980.

3 Em alguns casos, e mais especificamente no 1º grau, é distribuído gratuitamente mediante implantação de programas de distribuição de material escolar, do Governo Federal. Isso será retomado, posteriormente.

mas não é escolhido por eles. Ele é basicamente escolhido pelo governo⁴ ou pelo professor (ou grupo de professores) e, como diz Marisa Lajolo, "imposto aos alunos, como horário ou uniforme".

A consciência desses dois mediadores (a escola na figura dos professores e/ou o governo) no processo de comercialização dos Livros Didáticos está sendo tão importante que vem determinando significativas mudanças em sua produção.

Do ponto de vista de mercado, o conhecimento das exigências e das expectativas dos compradores passa a ser vital. Neste sentido, e utilizando como base uma experiência concreta de trabalho numa editora (no caso, a editora Ática), é que Jiro Takahashi, afirma: "... são essas exigências que vão determinar aos autores e às editoras a valorização deste ou daquele fator, durante todo o processo de editoração, desde a seleção dos originais até o tipo de comercialização a ser utilizado." (TAKAHASHI, 1980, p. 22).

O governo federal, através da FENAME, um dos fortes compradores de Livros Didáticos,⁵ tem todo um aparato, onde não faltam recursos humanos e materiais, para explicitar suas exigências e expectativas. Essas se concretizam, hoje, nos critérios estipulados para aprovação de livros a serem co-editados que compõem os Instrumentos de Avaliação elaborados pelos técnicos da FENAME.

Tais instrumentos, embora um pouco mais sofisticados, perpetuam os mesmos valores impregnados no Decreto-lei 8.460/45,⁶ e cansativamente retomados nas sucessivas Fichas de Apreciação produzidas pelas igualmente sucessivas Comissões Nacionais e Estaduais e Equipes Técnicas do Livro Didático.

À guisa de exemplificação, parece-me oportuno transcrever os critérios definidores do "valor pedagógico" de Livros Didáticos de Literatura Infanto-Juvenil, produzidos pela então atuante (1969) Comissão Estadual do Livro Didático (SP) em uma de suas Fichas de Apreciação.

VALOR PEDAGÓGICO:

I — Quanto à técnica de apresentação:

- a) Conduz à finalidade do livro?
Serve à formação de hábitos intelectuais?
Serve à formação de hábitos morais?
Desperta o espírito de pesquisa?
Desperta o sentimento de amor à família?
Desperta o sentimento de fraternidade?
Incute respeito à autoridade?
Inspira amor à virtude? Ao Trabalho?
Desperta sentimento de brasilidade?
Infunde respeito às nações estrangeiras?
Nega, combate ou destrói qualquer confissão religiosa?
Serve à educação em qualquer outro aspecto?
- b) Dá destaque às partes mais importantes? (encaminhando à elaboração de resumos)

À primeira vista, pode parecer que tal documento tenha apenas valor histórico, uma vez que atualmente é o governo federal, via FENAME, que se encarrega da produção de seus equivalentes. Entretanto, em ambos os

casos a tônica é praticamente a mesma, alterando-se apenas (como já foi dito) a forma e o nível de elaboração.

Assim é que, a análise de Instrumentos de Avaliação de Livros Didáticos (produzidos pela FENAME), bem como dos conteúdos de entrevistas junto aos elementos ligados à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e diretamente responsáveis pelo processo de decisão acerca dos Livros Didáticos a serem adotados na rede estadual, indica um consenso de valores. Não resta dúvida que os aspectos pedagógicos assumem importância na apreciação dos Livros Didáticos, ainda que em detrimento de outros aspectos. E dentre eles constata-se:

- a) uma obsessiva preocupação com a compatibilização do livro e os objetivos previstos para a matéria, nas prescrições oficiais;
- b) uma acentuada tendência em valorizar excessivamente a correção gramatical, estilo e linguagem adotados por tais livros.

Lamentavelmente, a adequação dessa mesma linguagem às diferenças regionais é pouco valorizada.

No que diz respeito aos aspectos sociais a serem valorizados nos Livros Didáticos, explode "a antiga canção", basicamente contida no Decreto-lei 8.460/45 (já referido) e que tem vigência legal até hoje, uma vez que não foi revogado. É a palavra de ordem contra a utilização de argumentos que despertem ou alimentem a oposição e a luta entre as classes sociais, e raças; que inspirem desamor à virtude, à escola, às instituições nacionais, à família e ao professor; e, principalmente, que contenham de modo explícito ou implícito pregações ideológicas contra o regime político adotado pela Nação...

Perguntamos: haverá muita diferença entre essa posição e aquela demonstrada pela antiga Comissão do Livro Didático quando cobra do autor que ele "incute respeito à autoridade"? Naturalmente, em ambos os casos, a mesma crença, embora em níveis diferentes. Crença que se assenta em uma visão autoritária da Educação, cuja missão, em última análise, é formar seguidores acríticos e passivos reprodutores dos valores dominantes.

Sem dúvida: essas e outras prescrições não estão explícitas apenas nos instrumentos de avaliação do Estado. Já existem subjacentes no aparato da censura instalado nas próprias editoras. Daí a importância do papel do professor no que se refere à escolha de Livros Didáticos para seus alunos. Representando, ao lado do governo, a segunda fonte de seleção de Livros Didáticos,⁷ tem inúmeras oportunidades de contribuir para que melhores livros sejam editados para seus alunos. Se, por um lado, não participa do processo decisório acerca dos livros

4 Que no caso é também financiado através dos programas de co-edição, via FENAME. (Para maiores detalhes ver FRANCO, M. L. "O Livro Didático, a nível de Legislação", *Plural*, nº 6, 1980).

5 De acordo com as últimas estatísticas (1977) de uma produção que atingiu o montante de 123 milhões de exemplares, só o governo federal comprou sua quarta parte. FONTE: SNEL "Produção Editorial de 1977" (ex, mimeografado).

6 OBS: para maiores detalhes consultar o artigo já referido.

7 E diga-se de passagem, a fonte mais significativa. Pois, se o Governo Federal compra a quarta parte de produção de Livros Didáticos (de acordo com as últimas estatísticas), ainda sobra ao professor o poder de decisão sobre 75% do total.

a serem co-editados pelo Estado, por outro lado deve ter sempre em mente que autores e editores têm imenso interesse em tornarem-se seus aliados.

Não basta, pois, selecionar livros apenas a partir de fatores de natureza extrínseca ao próprio livro. Ou seja, livros que:

- “estão de acordo com as propostas curriculares”;
- “facilitam o trabalho do professor na sala de aula”;
- “são bons apoios para aulas expositivas”;
- “estão de acordo com os objetivos da escola ou com o tempo previsto para o desenvolvimento da disciplina”;
- “preparem para o vestibular”;
- “o autor tem prestígio”.

Outros aspectos também devem ser valorizados. Aspectos que se referem à natureza intrínseca do livro e que merecem ser cuidadosamente ponderados, quando se acredita que a escola não é apenas mais um agente de reprodução dos valores dominantes e consagrados na sociedade, mas onde se pode edificar uma oportunidade de refletir criticamente sobre a realidade, a ponto de concebê-la concretamente, explicá-la e transformá-la.

Por outro lado, embora possam ser caracterizados como fatores intrínsecos, os seguintes critérios não são suficientes para justificar a seleção de um determinado livro didático:

- “contém ilustrações”;
- “contém glossários, exercícios e resumos”;
- “a linguagem é acessível aos alunos...”

Evidentemente, esses e outros aspectos são muito importantes. No entanto, mais do que isso, o professor deve pleitear Livros Didáticos que signifiquem um *real* crescimento para os seus alunos. Ou seja, livros cujo conteúdo procure dar conta da realidade social nos múltiplos aspectos que a definem. Isso implica, ao lado da observância de aspectos pedagógicos e psicológicos, na explicitação da realidade social tal qual existe: objetiva e contraditória. Conseqüentemente, isso ocorrendo, dará origem a um discurso didático (seja para ensinar Estudos Sociais, História, Geografia... ou mesmo Ciências Exatas ou Biológicas) onde: as desigualdades sociais não são escamoteadas; onde o mundo não é maniqueísta, dividido entre bons e maus; onde os bons, os que fazem as “coisas certas” não são necessariamente os brancos ou os adultos; e onde o fazer não é privilégio dos homens, com as mulheres solícitas e passivas (como convém às representantes do sexo feminino) a fornecer-lhes o devido respaldo.

Por outro lado, um discurso que deixe de observar esses cuidados dificilmente propicia uma visão de mundo orientadora de uma prática libertária.

Isso porque mascara e fragmenta a realidade na medida em que veicula valores adequados à manutenção do “status quo”, onde as desigualdades sociais são vistas como naturais e inevitáveis; onde o preconceito racial marginaliza grande parte da população; e onde o tratamento estereotipado dado à mulher transcende o conceito de classes e funciona como mais uma força conservadora a manter a instituição família.

É claro que essa problemática não se esgota no teor dos aspectos já levantados. Todavia achei oportuno pelo menos alinhavá-la, já que pode funcionar como ponte para o item subseqüente onde se pergunta: “até que

ponto o Livro Didático de História do Brasil pode contribuir para a melhor compreensão da realidade dos Homens?”

Uma visão de mundo e os Livros Didáticos de História do Brasil

Pensando a História enquanto disciplina curricular é fácil perceber que, dentre os objetivos passíveis de serem a ela associados, o fundamental e nuclear é aquele que lhe confere a dupla função de capacitar o aluno a compreender a realidade do passado para aumentar seu domínio sobre a realidade do presente.

Evidentemente, não se trata de discutir a relevância desse objetivo, o que representaria incorrer em redundâncias desnecessárias e desfilar um rol de obviedades. Trata-se apenas de levantar algumas questões subjacentes a sua própria formulação.

Observando-se os planos de curso que os professores invariavelmente redigem (ou copiam) a cada ano letivo, pode-se constatar a significativa presença do objetivo acima formulado. Tal fato, provavelmente, tem sua origem nas prescrições contidas nas “Propostas Curriculares da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo” e elaboradas para o ensino de História, onde, fragmentada em objetivos intermediários, a capacitação do aluno para a compreensão do passado, como via de passagem para a atuação no presente, parece ser a meta fundamental.

No entanto, a simples presença desse objetivo nas Propostas Curriculares e/ou nos planos de curso dos professores não garante sua real efetivação. Isso porque sua consecução está diretamente relacionada à concepção de realidade social que é divulgada aos alunos, seja na interação direta (professor/aluno) durante as aulas de História, seja nos livros que se destinam ao ensino dessa disciplina.

Não é qualquer tipo de compreensão do passado que possibilita ao aluno o domínio sobre o presente. Ou seja, não é qualquer tipo de compreensão da realidade social que capacita o aluno a sentir-se historicamente situado, levando-o a uma participação ativa e criadora frente à realidade que o cerca. Isto se dá somente na medida em que se desenvolva uma compreensão da História dos Homens não apenas a nível descritivo, mas de forma que permita descer à sua explicação e repensar sua dinâmica.

Em outras palavras, a narrativa histórica não deve incidir apenas na superfície dos acontecimentos tratando-os como algo estático, dado e acabado. Isso equivale a permanecer a nível meramente descritivo, onde os fatos são expostos tal como aparecem a nossa experiência imediata. Assim, não basta descrever as condições políticas, sociais, econômicas... etc. deste ou daquele período histórico. Torna-se necessário explicitar a base real a partir da qual tais condições são concretamente produzidas. Base que se edifica nas relações reais que homens reais vivenciam entre si e com a natureza, na produção e reprodução de suas condições de subsistência material e espiritual.

Além disso, a compreensão da realidade social implica em que se desvendem os mecanismos conflitivos e contraditórios através dos quais se explica sua dinâmi-

ca. Mecanismos que, tendo sua gênese nos antagonismos decorrentes das formas diferenciadas de vivenciar as relações de produção, constituem-se na força motriz da História dos homens.

Isso implica no abandono de antigos mitos e velhas tradições onde o movimento da História atribui-se a um Grande Deus, a um Grande Espírito, ou a Grandes Homens. A História deve ser concebida como um processo que repousa na inter-relação constante e dinâmica dos homens entre si e com a natureza; e que é evado de contradições, ou seja, produzido por negações internas que se instauram no seio da própria realidade social. Processo que envolve, ou melhor, que é produzido por todos nós, e não apenas pelos "heróis" da classe dominante, pelos "vencedores", os únicos que aparecem como personagens históricos.

A nível do discurso, implica igualmente em evitar expor os alunos apenas aos fatos, às constatações. Assim, por exemplo, se o aluno aprende somente que "no Brasil sempre existiram desigualdades sociais. Ou, ainda, que em todas as épocas a estrutura vigente foi de molde a favorecer, por um lado o aparecimento de ricos proprietários e, por outro lado, o aparecimento de uma população humilde, ignorante, pobre e explorada..." encontra-se diante da simples constatação da existência de contradições sociais.

Com isso dificilmente chegará a compreender (a ponto de saber explicar) os mecanismos sociais que engendram essas mesmas contradições, ou seja, as relações de dominação/subordinação (e, portanto, antagonicas) que as consubstanciam.

Sem compreender esse conceito fundamental, torna-se igualmente difícil para o aluno, o entendimento da dinâmica da História que se realiza na produção e superação dessas contradições, as quais uma vez instauradas no seio da realidade social, acabam por determinar antagonismos cada vez mais acirrados; níveis de descontentamento cada vez mais crescentes; e a conseqüente percepção da necessidade de mudanças.

Mais explicitamente, diria que os alunos, carentes de informações mais precisas, não chegarão a compreender que o aparecimento das dicotomias que se concretizam na existência de amos/escravos; proprietários/ assalariados; "ricos"/"pobres" são realidades socialmente produzidas e, como tal, podem igualmente ser socialmente superadas, mediante uma prática social voltada para a criação de uma realidade social mais justa, mais igualitária e, conseqüentemente, equacionada aos interesses da grande maioria, ao contrário daquela estruturada de molde a favorecer, apenas, uma diminuta parcela da população. Em suma, uma realidade social onde as desigualdades sociais, alicerçadas nos mecanismos que legitimam a dominação, a submissão, as arbitrariedades e os privilégios, sejam eliminados.

Em que pesem tais observações, a maioria dos autores de Livros Didáticos de História do Brasil para o Ensino de 2º grau divulga uma abordagem histórica que, edificada na matriz teórica do positivismo, apresenta, por si própria, sérias limitações*. É a história factual e descritiva que, exigindo imparcialidade "científica" do historiador (como se a imparcialidade fosse possível), pressupõe, como crítica Adam Schaff, que: "basta juntar um número suficiente de fatos bem documentados, para

que surja, espontaneamente a ciência da História" (SCHAFF, 1971). E dentre esses fatos devem ter primazia aqueles que se referem à ação dos governantes e dirigentes, uma vez que esses últimos são vistos não apenas como os principais agentes decisórios dos acontecimentos históricos, mas principalmente porque são os responsáveis pela ordem social, sem o que a sociedade não pode prosseguir em sua marcha progressista.

Dá a acentuada tendência, em exaltar e glorificar os "grandes homens", os "vencedores", os detentores do poder. Igualmente, constata-se uma verdadeira apologia da paz social, da harmonia, da manutenção do *status quo*.

Em torno dessa visão elitista, paternalista e autoritária da realidade social, edifica-se toda uma História abstrata, parcial e alienante:

— abstrata, na medida em que, incidindo apenas na superfície dos acontecimentos, nos resultados de um processo, não tenta recuperar os mecanismos reais e concretos que poderiam atribuir significado ao "aparecer" social. É a História cujo compromisso limita-se à descrição, à constatação dos acontecimentos, sem que o real histórico e concreto (não passível de observação) seja suficientemente recuperado;

— parcial, na medida em que, discorrendo apenas sobre os feitos dos "grandes homens", dos "vencedores", da minoria dirigente, os autores generalizam para toda uma sociedade os interesses particulares de apenas uma classe social: aquela que domina as relações de produção, com o necessário respaldo dos aparatos jurídicos do Estado burocrático;

— finalmente, é a História alienante, feita para adormecer consciências e aplacar os anseios de participação política da grande maioria. Isso porque, na medida em que se elimina a memória dos "vencidos", das minorias sem nome e, ao contrário, constrói-se uma História alicerçada apenas na ação dos "grandes homens", o aluno tende a concluir que a História é uma sucessão de fatos onde prevalece a vontade deste ou daquele indivíduo a cujo arbítrio as massas se submetem pacificamente. A ele, não grande, não personagem histórico, nada mais resta do que esperar passivamente mais uma determinação de mais um personagem do poder, para saber o que fazer e o que lhe aguarda.

É a história sem "povo", sem conflitos, sem violência, sem luta de classes. É a História que, perpetuando mitos e cujo fim último é formar apóstolos, seguidores de uma única verdade, está longe de cumprir o papel que dela se espera enquanto disciplina curricular: "capacitar o aluno a compreender a realidade, para aumentar seu domínio sobre ela".

História parcial, imaginária e alienante não é a História real, é sua redução ideológica.

* cf. FRANCO, Maria Laura, "História do Brasil: a versão fabricada nos Livros Didáticos de 2º grau", tese de doutoramento, PUC. S.P., 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- FRANCO, Maria Laura P. B. O livro didático a nível de legislação. *Plural*, (6), 1980.
- FRANCO, Maria Laura P. B. *História do Brasil: a versão fabricada nos Livros Didáticos de 2º grau*. São Paulo, 1981. Tese (Dout. Psicologia Educacional) PUC/São Paulo.
- MARX, K. & ENGELS, F. *La ideología alemana*. Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, Barcelona, Ediciones Grigalbo, 1974.
- SAVIANI, D. a filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA W., coord. *Inovação educacional no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 1980.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- TAKAHASHI, Jiro. "A editoração do livro didático". *Plural* (6), 1980.
- MEDINA, C. "A função social do livro", in *Uma política integrada do livro*, vol. 1, São Paulo, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1976.
- LAJOLO, Marisa.